

Bibliografia Brasileira de Direito

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE DIREITO: nova série, Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Biblioteca, (1987), Anual. ISSN 0067-6616.

A *Bibliografia Brasileira de Direito* (BBD) foi editada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) até o ano de 1981, quando foi publicado o volume 9, referente aos anos de 1978/1979, arrolando 1 458 itens.

Empenhado em estimular a produção e edição, de forma descentralizada, das bibliografias nacionais especializadas por áreas do conhecimento, o IBICT enviou consulta à Subsecretária de Biblioteca do Senado Federal (SSBIB) sobre a possibilidade desse órgão assumir a responsabilidade pela edição regular da *Bibliografia Brasileira de Direito* (BBD)¹.

Ao assumir essa responsabilidade, em 1986, a Biblioteca do Senado Federal optou por acrescentar ao título anterior a informação "nova série", bem como por reiniciar a numeração dos volumes¹.

A BBD encontrava-se interrompida há seis anos. A primeira decisão a ser tomada dizia respeito ao período a ser coberto pelo primeiro volume. Decidiu-se, então, reiniciar pelo volume 3, abrangendo os anos de 1984/85, com o objetivo de oferecer ao pesquisadores e estudiosos a literatura mais recente, indiscutivelmente de maior interesse às vésperas da instalação da Assembléia Nacional Constituinte de 1987 (Anexo 1).

Para cobrir o período 1980/83, correspondente à lacuna existente entre a interrupção da publicação pelo IBICT e sua retomada pelo Senado, foram publicados posteriormente, em 1978/88, os volumes 1 (1980/81) e 2 (1982/83) (Anexo 1).

Três fatores possibilitaram à Biblioteca do Senado Federal atender à solicitação do IBICT: todo o suporte técnico na área de processamento eletrônico de dados, propiciado pelo Centro de Informática e Processamento de dados do Senado Federal (Prodasen); a existência de material bibliográfico nas duas bases de dados gerenciadas pela Biblioteca, constituído de monografias e de uma coleção de revistas expressivas para o assunto, pertencentes aos acervos das 11 bibliotecas que, à época, compunham a Rede Sabi de Bibliotecas; a facilidade de impressão gráfica possibilitada pelo Centro Gráfico do Senado Federal¹.

Desses três fatores, sem dúvida alguma, o principal foi a existência da rede de biblio-

otecas gerenciada pela Biblioteca do Senado Federal, que já catalogava, classificava e indexava as monografias e periódicos da área de Direito.

REDE SABI DE BIBLIOTECAS

A Rede Sabi é a concretização do sonho informático do senador Petrônio Portella, que pretendia reunir os acervos de todas as bibliotecas de Brasília, possibilitando a localização de informação sobre qualquer assunto na capital do país.

Em 1975, as bases de dados gerenciadas pelo Senado (BIBR e PERI) foram reestruturadas para possibilitar o ingresso dos acervos de outras instituições. Naquela época, a rede era composta por apenas três bibliotecas: a do Senado Federal, do Prodasen e do Estado-Maior da Armada do Ministério da Marinha.

Em 1985, após nova reestruturação das bases de dados, que permitiu a integração automatizada de todos os serviços da biblioteca, foi criada a Rede Sabi de Bibliotecas.

Atualmente, após a desativação da Biblioteca da Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal e o desmembramento do Ministério da Infra-estrutura, a rede é composta por 16 bibliotecas alimentadoras, a saber: Senado Federal (SF), Câmara dos Deputados (CD), Supremo Tribunal Federal (STF), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Trabalho (MTB), Estado-Maior da Armada do Ministério da Marinha (MM-EMA), Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), Consultoria Geral da República (CGR), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Procuradoria Geral da República (PGR), Ministério do Bem-Estar Social (MBES) e Superior Tribunal Militar (STM).

O número de bibliotecas que compõe a rede variou em alguns anos, e o fator que mais contribuiu para isso foram as reformas administrativas instituídas pelos governos Collor e Itamar, que fundiram, extinguíram órgãos e outras vezes recriaram órgãos por eles mesmos extintos (Anexo 1).

RECENSÕES

Essas reformas criaram o problema da localização física do material inventariado pela BBD, posto que uma de suas maiores vantagens oferecidas é a certeza de localização ao material em pelo menos uma das bibliotecas que integram a rede. A partir do momento em que o órgão é extinto, sua biblioteca também é extinta. Teoricamente, todo o seu patrimônio deveria ser incorporado a outro órgão governamental, mas freqüentemente é quase impossível determinar seguramente com quem ficou a responsabilidade da guarda dos acervos.

TIPO DE MATERIAL

A BBD inclui livros e artigos de periódicos do ano de publicação da bibliografia, como também de dois anos anteriores, devido a atrasos na publicação e aquisição de monografias e principalmente de publicações seriadas.

A princípio a BBD pretendia incluir todo o material bibliográfico sobre o Direito brasileiro, mesmo que tivesse sido publicado no exterior; entretanto, devido à dificuldade de captação desse material, decidiu-se incluir apenas o que tivesse sido publicado no Brasil sobre o Direito brasileiro ou estrangeiro, em português ou em outro idioma.

São indexados, em média, 120 periódicos nacionais na área de Direito (Anexo 1). O número varia devido aos problemas de renovação de assinatura e dificuldades enfrentadas pelos editores para manter a periodicidade regular.

A Bibliografia apresenta índices de autor, título e assunto, assim como listas dos periódicos indexados e das siglas das bibliotecas que integram a rede Sabi.

PREPARAÇÃO DO MATERIAL

Todo o material arrolado na BBD recebe o tratamento técnico de forma descentralizada em esquema cooperativo.

Os títulos de periódicos são divididos entre as bibliotecas convenentes, que se responsabilizam pela indexação de um número predeterminado de títulos, obedecendo às normas previamente adotadas pela rede, isto é, a utilização obrigatória do Vocabulário Controlado Básico (VCB), da lista de especificadores, do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), nível 2 – no caso das monografias – e das normas da ABNT – no caso de periódicos.

Mensalmente, é selecionado, entre todo o material incluído pelas bibliotecas, aquele que comporá a BBD, incluindo-se uma notação, em um parágrafo específico de cada referência, para posterior seleção automática.

A cada trimestre é solicitada uma impressão parcial da BBD, para a manutenção do controle de qualidade das informações, verificando-se a padronização das entradas e dos termos de indexação utilizados, eliminando-se as referências bibliográficas duplicadas.

PERIODICIDADE E DISTRIBUIÇÃO

A Bibliografia é anual, com distribuição gratuita para aproximadamente 400 instituições nacionais e estrangeiras. Excepcionalmente, podem ser cadastradas pessoas físicas para recebê-la.

É mantido um arquivo com o cadastramento dessas entidades. Periodicamente, é enviada correspondência arguindo sobre o interesse em continuar recebendo a publicação.

Este arquivo contém, entre outros, os endereços das bibliotecas das faculdades nacionais de Direito, das bibliotecas das assembleias e câmaras legislativas brasileiras, tribunais, secretarias municipais e estaduais, bibliotecas jurídicas, seções da Ordem dos Advogados do Brasil, procuradorias, escolas de Biblioteconomia, bibliotecas parlamentares estrangeiras, universidades e órgãos estrangeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. RAULINO, Pérola Cardoso. Apresentação. *Bibliografia Brasileira de Direito*, Brasília, v. 3, p. 3, 1986.
2. CAMPOS, Carlita Maria, CALDEIRA, Pauto da Terra. *Bibliografia especializada corrente no Brasil: três décadas de descontinuidade*. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 186-213, set. 1988.

Anexo 1

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE DIREITO QUADRO COMPARATIVO

ANO DA EDIÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO NO MATERIAL	NÚMERO DE TÍTULOS DE PERIÓDICOS	NÚMERO DE LIVROS INCLUÍDOS	NÚMERO DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS INDEXADOS	NÚMERO DE BIBLIOTECAS DA REDE
1986 (V.3)	1984/85	129	898	1083	11 ¹
1987 (V.1)	1980/81	141	959	2738	11
1987 (V.4)	1984/86	122	691	1744	11
1988 (V.2)	1980/87	157	1136	2810	11
1989 (V.5)	1984/88	125	1045	2072	11
1990 (V.6)	1986/89	110	870	1906	16 ²
1991 (V.7)	1987/89	105	887	1703	16
1991 (V.8)	1988/90	77	877	1559	15 ³
1992 (V.9)	1988/91	86	945	2363	17 ⁴

1 Ao iniciar-se o trabalho de publicação da BBD, eram 11 as bibliotecas que compunham a Rede Sabi: Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério das Minas e Energia, Governo do Distrito Federal, Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central e Centro de Processamento de Dados do Senado Federal.

2 Cinco instituições incorporaram-se à Rede Sabi: Consultoria Geral da República, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal de Contas do Distrito Federal, Superior Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral da República.

3 O Ministério do Trabalho foi substituído pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, o Ministério das Minas e Energia foi substituído pelo Ministério da Infra-Estrutura e o Ministério da Indústria e Comércio foi extinto.

4 Duas novas instituições incorporaram-se à Rede Sabi: Ministério da Ação Social e Superior Tribunal Militar.

Edilenice Jovelina Lima Passos

Bibliotecária, mestre em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Brasília. Trabalha, atualmente, na Subsecretaria da Biblioteca do Senado Federal.

Marilúcia Chamarelli

Bibliotecária, gerencia a Rede Sabi de Bibliotecas e a base de dados BIBR (monografias) do Senado Federal.